caso exigia sua apreciação, ainda que sob a forma de decisão monocrática desta Relatora, a teor do permissivo contido no §1º, do art. 144, do RITCM-PA (Ato n.º 16/2013), a qual terá pleno efeitos, até a regimentalmente prevista homologação pelo Colendo Plenário, com o escopo de afastar qualquer prejuízo ao erário municipal e a parte interessada ou, ainda, dificultar eventuais correções ou reparações, por força de possíveis esclarecimentos da municipalidade, a teor do previsto nos incisos II e III, do art. 145, do RITCM-PA.

Tecidas tais breves considerações, passo a decidir. Consignada à possibilidade Regimental, tal como declinado, cabe-me observar que a **DENÚNCIA COM PEDIDO CAUTELAR**, tal como interposta, reveste-se de todas as formalidades necessárias ao seu recebimento, a qual se extrai da preliminar análise da documentação acostada aos autos, configurando-se, ainda, plenamente atendida as exigências para a concessão de cautelar que objetive a suspensão do certame e requisitar esclarecimentos da municipalidade, a teor do previsto nos incisos II e III, do art. 145, do RITCM-PA. Ressalto, ainda, que a possibilidade, em tese, de lesão aos cofres públicos municipais emerge da existência de fortes indícios de restrição à ampla concorrência, dada a omissão na disponibilização e publicidade do Instrumento Convocatório (Edital), quando observo que dos termos da petição manejada e documentação colecionada aos autos, bem como mediante prévia pesquisa realizada por minha Assessoria de Gabinete, conseguiu a **DENUNCIANTE**, ainda que em caráter preliminar, demonstrar que **efetivamente foram afrontados princípios e regras previstas na Constituição Federal e na Lei Federal n.º 8.666/93**, no que se impõe a concessão da pretendida cautelar, até apreciação definitiva, dos termos da denúncia, pelo **TCM-PA**.

Assim, ainda, em sede preliminar e com vistas à verificação dos elementos para concessão da cautelar, tal como já declinado, observo que a municipalidade não garantiu o efetivo acesso ao Edital, o qual poderia se dar, entre outras formas possíveis e legalmente admitidas, através da sua disponibilização eletrônica, no site da Prefeitura Municipal (Portal da Transparência) e/ou através do Mural das Licitações, deste TCM-PA.

Tais omissões, apuradas por minha Assessoria e registradas nos autos, às fls. 19/20, revelam que os fatos noticiados pela **DENUNCIANTE**, destacadamente quanto à dolosa recusa na entrega de cópia do Edital, presencialmente requisitada, invocam elementos indiciários robustos de ato ilegal e ilegítimo, operacionalizado pelo Presidente da CPL, ora denunciado e, por conseguinte, da Prefeitura Municipal, responsável pela designação do mesmo servidor, de maneira solidária, com fulcro nas doutrinarmente nomeadas, *culpa in eligendo e culpa in vigilando*.

Diante do acima exposto, cabe a esta Corte de Contas, a necessária cautela quanto à apreciação das questões que envolvam licitações, mormente aquelas de maior vulto, bem como que as que possam culminar em lesão aos cofres públicos dada a existência de restrição de competitividade.

Cuida-se, neste caso, do **Poder Geral de Cautela**, previsto no art. 798 e seguintes do Código de Processo Civil, acerca dos quais cabe remeter aos ensinamentos sempre precisos de **VICENTE GRECCO FILHO**, que o destaca como **"poder integrativo de eficácia global da atividade jurisdicional. Se esta tem por finalidade declarar o direito de quem tem razão e satisfazer esse direito, deve ser dotada de instrumentos para a garantia do direito enquanto não definitivamente julgado e satisfeito"**.

Ante o exposto, **DECIDO**:

Receber a **denúncia**, dado o preenchimento dos requisitos formais e materiais previstos no artigo 290 e seguintes do RITCM-PA (Ato n.º 16/2013);

Determinar, monocraticamente, a aplicação das medidas cautelares, previstas nos incisos II, III e parágrafo único, do art. 145, do RITCM-PA, destacadamente:

Sustação e suspensão dos procedimentos licitatórios relacionados ao **Pregão Presencial n.º 30/2016, publicado no DOU n.º 133, de 13.07.16**, pela Prefeitura Municipal de Capitão Poço, até ulterior deliberação desta Corte de Contas; Requisição de documentos e informações, sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal e do Presidente da Comissão de Licitação do Município, ora Denunciados;

Diante da medida de sustação/suspensão do Edital de Pregão Presencial n.º 30/2016, acima imposta, fixo o **prazo de 48h (quarenta e oito horas)**, a contar da comunicação desta decisão, para que os DENUNCIADOS, adotem as providências de lançamento da licitação, junto ao Mural das Licitações do TCM-PA, nos termos da **Resolução n.º 11.535/2014**, fazendo constar, ainda, a suspensão do mesmo certame, em razão da decisão cautelar proferida por esta Conselheira-Relatora;

Determino, ainda, com base nas medidas impostas, **no prazo de até 10 (dez) dias**, a contar da comunicação desta decisão, que as autoridades municipais competentes, ora **DENUNCIADOS**, encaminhem ao TCM-PA, informações, justificativas e/ou documentos sobre os pontos de impropriedades suscitados nos autos, para além de cópia integral do processo administrativo instaurado (fase interna e externa), para a realização do **Pregão Presencial n.º 30/2016**.

Nos termos das determinações exaradas, por meio de cautelar e dos prazos acima estabelecidos, **fixo multa diária**, em desfavor

dos **DENUNCIADOS**, em caso de não atendimento, nos termos do art. 283, do RITCM-PA, no importe de **R\$-5.000,00 (cinco mil reais)**, até o limite de **R\$-50.000,00 (cinquenta mil reais)**, independentemente de outras penalidades, que poderão ser fixadas, a quando da apreciação de mérito, da denúncia proposta, pelo Colendo Plenário.

Ademais, faculto à Chefe do Executivo Municipal, **no prazo comum de até 10 (dez) dias**, que apresente manifestação quanto ao descumprimento da **Resolução n.º 11.535/2014**, que disciplina forma, prazo e regras para publicação eletrônica das licitações no Portal dos Jurisdicionados.

Determino à Secretaria Geral a imediata comunicação da Cautelar aplicada, consubstanciada nesta decisão monocrática, através de publicação do Diário Oficial do Estado, Diário Eletrônico do TCM-PA e via ofícios, bem como as demais providências para remessa de fotocópia integral dos autos àquela Prefeitura Municipal, para conhecimento e demais providências desposadas, junto à Comissão Permanente de Licitação - CPL.

Após a comunicação e demais providências, retornem os autos ao Gabinete, para comunicação à DENUNCIANTE e acompanhamento dos prazos fixados.

Em, 19 de julho de 2016.

Conselheira Mara Lúcia

RELATORA

Protocolo 987341

PORTARIA Nº 0785/2016 - TCM, DE 21/06/2016

RESOLVE:

1. Autorizar o pagamento de diárias, conforme detalhamento abaixo, dos servidores que prestarão apoio logístico ao evento "Gestão Responsável em Último Ano de Mandato", a ser realizado no município de Santarém/PA:

SERVIDOR	PERÍODO	DIÁRIAS
ALEX TEIXEIRA RAPOSO	22 A 26/06/2016	04 e ½ (quatro e meia)
FLAVIO PANTOJA DIAS	22 A 24/06/2016	02 e ½ (duas e meia)
ANTONIO JORGE CORDEIRO FERNANDES	22 A 25/06/2016	03 e ½ (três e meia)

2. As diárias deverão ser contabilizadas na rubrica 01101.01.13 1.1453.6305.33901514;

3. Ao final do referido evento, os servidores deverão apresentar a comprovação da viagem e relatório da atividade à Coordenadoria de Controle Interno/CCI, conforme modelo aprovado pela Presidência, no prazo de 05 (cinco) dias úteis após o retorno, sob pena de não receberem novas diárias.

PORTARIA Nº 0789/2016 - TCM, DE 21/06/2016

RESOLVE:

1. Retificar a Portaria n.º 0761/2016, de 14/06/2016, alterando o período, conforme a seguir:

Designar o servidor DIRSON MEDEIROS DA SILVA NETO, matrícula Nº 500000749, Analista de Controle Externo - TCM. ACE.A/3, para participar do evento

"Gestão Responsável em Último Ano de Mandato", no município de Santarém/PA, no período de 22 a 24 de junho de 2016;

2. Autorizar a complementação de 01 (uma) diária na rubrica 01 101.01.131.1453.6305.33901414;

PORTARIA Nº 0818/2016 - TCM, DE 28/06/2016

RESOLVE:

1. Autorizar o pagamento de 02 e ½ (duas e meia) diárias, contabilizadas na rubrica 01101.01.131.1453.6305.33901514, para o servidor LADIELSON FERREIRA DOS ANJOS, matrícula nº 900000030, MILITAR - Corpo Operacional - Praças PM, que prestará apoio logístico ao evento "Gestão Responsável em Último ano de Mandato", a realizar-se no município de Castanhal/PA, no período de 29 de junho a 01 de julho de 2016;

2. Ao final do referido evento, o servidor deverá apresentar a comprovação da viagem e relatório da atividade à Coordenadoria de Controle Interno/CCI, conforme modelo aprovado pela Presidência, no prazo de 05 (cinco) dias úteis após o retorno, sob pena de não receber novas diárias.

PORTARIA Nº 0825/2016 - TCM, DE 28/06/2016

RESOLVE:

1. Designar os servidores JOSE AUGUSTO ALVES, matrícula nº 5000000102, Assessor Especial II - TCM.CPC.101-5 e MARLECY COELI DA COSTA SANTOS, matrícula nº 500000522, Auxiliar de Gabinete - TCM.CPC.102-2, para participar do evento "Gestão Responsável em Último Ano de Mandato", a realizar-se no município de Castanhal/PA, no período de 29 de junho e 01 de julho de 2016, concedendo-lhes 02 e 1/2 (duas e meia) diárias na rubrica 01101.01.131.1453.6305.33901414;

2. Ao final do referido evento, os servidores deverão apresentar a comprovação da viagem e relatório da atividade à Coordenadoria de Controle Interno/CCI, conforme modelo aprovado pela Presidência, no prazo de 05 (cinco) dias úteis após o retorno, sob pena de não receberem novas diárias.

Conselheiro SEBASTIÃO CEZAR LEÃO COLARES

Presidente

PORTARIA Nº 0826/2016 - TCM, DE 29/06/2016
CONSIDERANDO o Art. 65, inciso IV da Lei Complementar nº 35/79, de 14/03/79;

Autorizar a participação dos Conselheiros SEBASTIÃO CEZAR LEÃO COLARES e ANTONIO JOSE COSTA DE FREITAS GUIMARAES, no evento "Gestão Responsável em Último Ano de Mandato", a realizar-se no município de Castanhal/PA, nos dias 30 de junho e 01 de julho de 2016, concedendo-lhes 02 (duas) diárias na rubrica 01101.01.131.1453.6305.33901414.

Conselheiro FRANCISCO SERGIO BELICH DE SOUZA LEAO
Vice-Presidente

PORTARIA Nº 0827/2016 - TCM, DE 29/06/2016

RESOLVE:

1. Autorizar o pagamento de 1 e ½ (uma e meia) diárias, contabilizadas na rubrica 01101.01.131.1453.6305.33901514, para o servidor MAIQUEL DA SILVEIRA RODRIGUES, matrícula nº 900000035, MILITAR - Seção de Administração e Segurança - OFICIAL PM, que prestará apoio logístico ao evento "Gestão Responsável em Último ano de Mandato", a realizar-se no município de Castanhal/PA, nos dias 30 de junho e 01 de julho de 2016;

2. Ao final do referido evento, o servidor deverá apresentar a comprovação da viagem e relatório da atividade à Coordenadoria de Controle Interno/CCI, conforme modelo aprovado pela Presidência, no prazo de 05 (cinco) dias úteis após o retorno, sob pena de não receber novas diárias.

Conselheiro SEBASTIÃO CEZAR LEÃO COLARES

Presidente

Protocolo 987412

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PORTARIA Nº 31.103, DE 02 DE JUNHO DE 2016.

I - DESIGNAR o servidor **MARCELO GONÇALVES LOBO**, Técnico Auxiliar de Controle Externo, matrícula nº 0100229, como pregoeiro, no processo licitatório modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço por item, por Registro de Preços, para aquisição de material impresso, para atender a demanda deste Tribunal de Contas;

II - DESIGNAR como membros da equipe de apoio os servidores: **GISELE MOURA DE QUEIROZ**, Auditor de Controle Externo - Direito, matrícula nº 0100866, **JOSÉ RODOLFO LEITE JUCA**, Auxiliar Técnico de Controle Externo Administrativo, matrícula nº 0695564 e **OSMAR ANTONIO BONFIM MARQUES**, Técnico em Processamento de Imagem, matrícula nº 0100134.

Protocolo 987370

PENSÃO

PORTARIA Nº 31.230, DE 19 DE JULHO DE 2016.

CONCEDER Suprimento de Fundos ao servidor **ANTONIO CARLOS DE FARIAS MEIRELES**, Coordenador de Transporte, matrícula nº 0100323, para ocorrer ao pagamento das despesas abaixo citadas:

Exercício financeiro: 2016

Valor do Suprimento: R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)

Naturezas das despesas: 339030 e 339039.

Programa de Trabalho: 01032112262670000- Operacionalização das Ações Administrativas.

Período de aplicação: 90 (noventa) dias

Prazo para prestação de contas: 15 (quinze) dias após o término do período de aplicação.

Órgão: 02.101

Fonte: Tesouro

Protocolo 987360

PORTARIA Nº 31.280, DE 19 DE JULHO DE 2016.

CONCEDER pensão por morte, de acordo com o art. 40, § 7º, inciso I da Constituição Federal/88, com nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, combinado com o art. 2º, inciso I, da Lei nº 10.887/2004, combinado com o art. 6º, inciso I; art. 25-A, inciso I da Lei Complementar nº 039/2002, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 049/2005; em favor de **MARIA JOSÉ MAUÉS NAIF DAIBES**, viúva do ex-Conselheiro aposentado, ELIAS NAIF DAIBES HAMOUCHE, falecido em 28-06-2016, tendo em vista o que consta do Expediente nº 2016/07106-0.

Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar da data do óbito.

Protocolo 987451